

POLÍTICAS PÚBLICAS

MARCEL STANLEI MONTEIRO



UNICEPLAC

ICONOGRAFIA



Atenção

Indica pontos de maior relevância no texto.



Curiosidade

Curiosidade sobre o assunto ou uma dica de como trabalhar com determinado conceito.



Saiba mais

Oferece novas informações que enriquecem o assunto e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



Refleta

Um momento de uma pausa na leitura para refletir/escrever sobre pontos importantes e/ou questionamentos.



Habilidades

Apresentar o contexto que fundamenta as políticas públicas, suas características e aplicabilidades por parte dos agentes públicos de modo a capacitar, academicamente, o discente na condução de suas atividades na área Pública e Privada.



Descritores de desempenho

- Conhecer a estrutura do Estado e seus princípios;
- Conhecer a estrutura financeira do Estado: PPA, LOA e LDO;
- Utilizar o arcabouço técnico-teórico da gestão em Políticas Públicas na formulação de estratégias;

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M775p

Monteiro, Marcel Stanlei.

Políticas públicas. Gama, DF: UNICEPLAC,
2022. Volume 2.

21 p.

1. Políticas públicas. 2. Gestão de contratos. 3.
Governança. I. Título.

CDU: 32

Apresentação.....	5
3.1 TIPOS DE POLÍTICAS PUBLICAS	5
3.1.1 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS	5
3.1.3 POLÍTICAS REGULAMENTARES (REGULATORIAS)	6
3.1.4 POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS	6
3.1.5 POLÍTICAS ESPECÍFICAS	6
3.2 INSTITUIÇÕES	7
3.3 ESTILOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	8
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS	8
3.4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SETORIAS DE EDUCAÇÃO	9
3.4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SETORIAS DE SAÚDE.....	9
3.4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SETORIAS DE SEGURANÇA PUBLICA.....	9
3.4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SETORIAS DE MEIO AMBIENTE.....	10
3.4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SETORIAS DE HABITAÇÃO.....	10
4.1 O PAPEL DOS TRÊS PODERES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PUBLICAS	10
4.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE PPA (A VELHA E A NOVA ESTRUTURA) .	11
4.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	12
4.4 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.....	12
4.4 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	13
4.5 INTRODUÇÃO À GESTÃO DE CONTRATOS.....	14
4.6 ESTADO FRENTE ÀS DEMANDAS DOS CIDADÃOS POR NOVAS POLITICAS PÚBLICAS.....	14
4.7 POLÍTICAS PUBLICAS DO GOVERNO ATUAL.....	14
4.8 GOVERNANÇA E DESCENTRALIZAÇÃO	15
4.9 GESTÃO LOCAL.....	16
4.10 TRANSPARÊNCIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	17
4.11 GOVERNO ELETRÔNICO	18
EXERCICIO DE FIXAÇÃO DE CONTEÚDO	18
Referências	25

Apresentação

Vamos revisar o conteúdo aprendendo neste semestre

3.1 TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

São muitos tipos de Políticas Públicas a seguir iremos estudar os principais modelos para melhor compreender. Os tipos são construídos a partir dos modelos de análises estudado por Theodore J. Lowi: Políticas Distributivas; Políticas Constitutivas ou de infraestrutura; Políticas Regulamentares; Políticas Redistributivas; Políticas Específicas.

3.1.1 POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS

São as que possuem objetivos pontuais relacionados ao oferecimento de serviços do estado e equipamentos por isso o financiamento é feito pela sociedade por meio de um orçamento público que beneficia grupos pequenos ou indivíduos de distintas camadas sociais. Geralmente tem pouca oposição na sociedade.

No Brasil o uso desse tipo de política é mais desenvolvido pelo Legislativo e criou força com a criação da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), que passou a dar mais legitimidade aos serviços de assistência social.

Este tipo de política atinge a parte da população mais pobre pois apresenta necessidades individuais devido a falta de recurso para todos. Outro fator é que este público representa uma força daquele político que troca esse assistencialismo por votos.

Exemplo: “Um programa de crédito a baixo custo oferecido a pequenos empreendedores que queiram montar seu negócio [...] Problema: necessidade de geração de emprego e renda” (SECCHI, 2012, p. 08). Podemos citar a gratuidade de taxas para certos usuários, incentivos fiscais, emendas parlamentares ao orçamento para a realização de obras públicas como outros exemplos de políticas distributivas.

3.1.2 Políticas Constitutivas (infraestrutura)

São as que ditam as “regras do jogo”, ou seja são elas que dizem como, por quem e quando as políticas públicas podem ser criadas, estipulam competências, normas e formas da sociedade participar.

“São chamadas meta-políticas, porque se encontram acima dos outros três tipos de políticas e comumente moldam a dinâmica política nessas outras arenas” (SECCHI, 2012, p. 18 – grifo do autor). As regras de distribuição de competência entre os três poderes e do sistema político eleitoral, de relações intergovernamentais e da participação da sociedade civil nas decisões políticas são exemplo de políticas constitutivas como: “uma lei que obrigue partidos políticos a escolher seus candidatos em processos internos de seleção e posteriormente

apresentar listas fechadas aos eleitores [...] Problema: debilidade dos partidos políticos brasileiros, infidelidade partidária por parte dos políticos” (SECCHI, 2012, p. 08).

3.1.3 POLÍTICAS REGULAMENTARES (REGULATORIAS)

Essas políticas têm a ver com a criação e a fiscalização de leis e normas que garantam o bem comum. Criam normas para o funcionamento dos Serviços Públicos. Instituem modelos de comportamentos, princípios de conduta para a comercialização de produtos, entre outras regulamentações, com a finalidade de assegurar o bem-estar da coletividade.

Política regulatória: “estabelece padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados” (SECCHI, 2012, p. 17). Exemplo: “Uma lei que obrigue os motociclistas a usar capacetes e roupa adequada [...] Problema: altos níveis de acidentes com motociclistas em centros urbanos” (SECCHI, 2012, p. 08). Além do código de trânsito, podemos citar os assuntos relacionados ao aborto, eutanásia, proibição de fumo em locais fechados, regras para publicar certos produtos como políticas regulatórias.

3.1.4 POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS

Visam redistribuir a renda em forma de financiamento em serviços e equipamentos e na forma de recursos. Aqui os responsáveis por financiar as classes menores, os beneficiários, é a classe mais alta da sociedade. Como por exemplo o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)

Tem mais chances de discordância são maiores, pois a parte da população que é “penalizada”, costuma ser mais organizada politicamente.

Exemplo: “A instituição de um novo imposto sobre grandes fortunas, que transfira renda de classes abastadas para um programa de distribuição de renda para famílias carentes [...] Problema: concentração de renda” (SECCHI, 2012, p. 08).

Alguns governos redistribuí “os valores” não só na forma financeira, mas como serviços disponibilizados pelo governo como forma de reduzir a resistência dessas camadas da sociedade.

3.1.5 POLÍTICAS ESPECÍFICAS

São aquelas ações permanentes que se dirigem ao atendimento das necessidades próprias e específicas de diversos grupos da população.

Exemplos de Políticas Públicas Específicas: política de saúde materna; política de prevenção e tratamento do câncer de próstata e pênis, que é específica para os homens

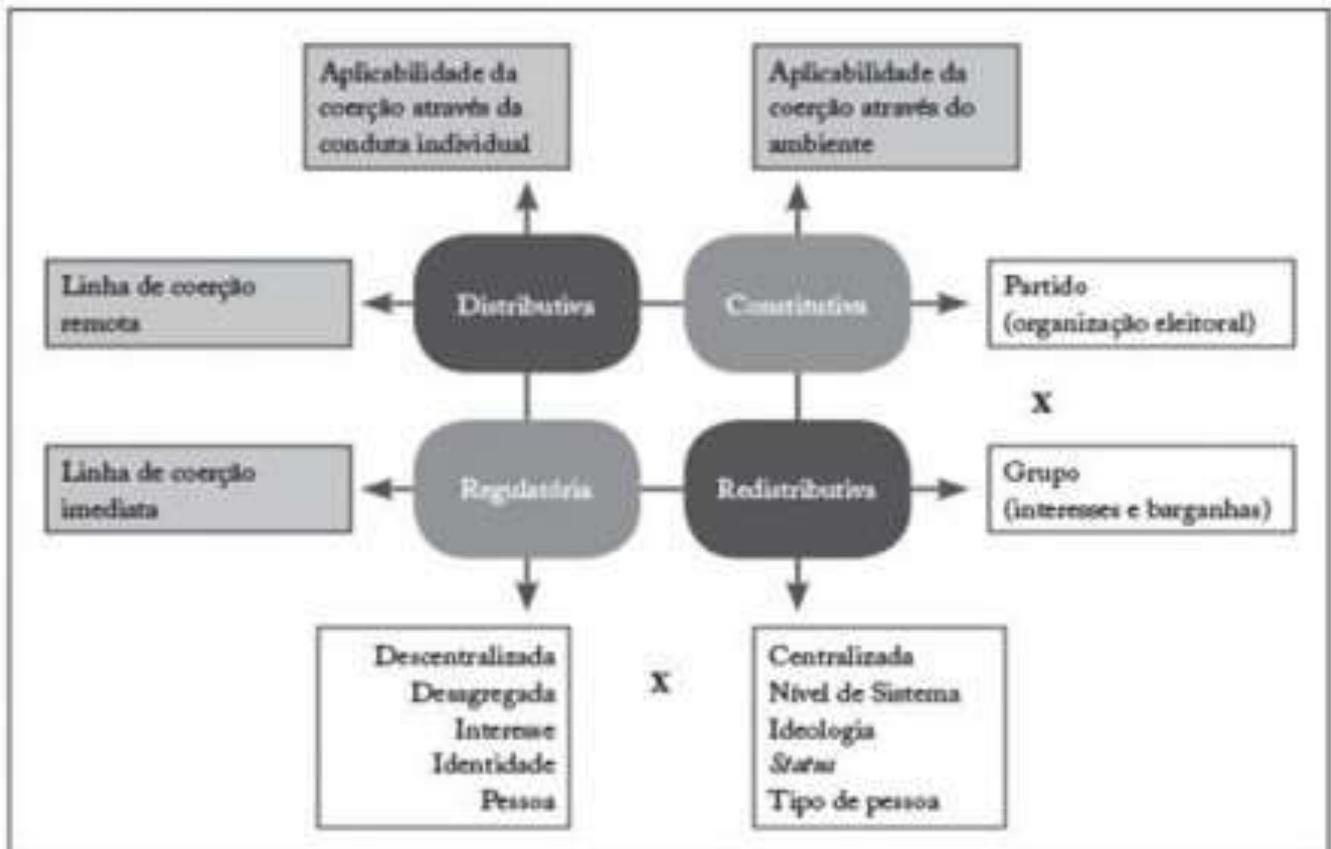


Figura 1 – Tipos de coerção, atividade política e políticas públicas.

Fonte: Adaptado de Lowi (1972).

Elaboração da autora. (SOUZA, 2014)

3.2 INSTITUIÇÕES

Atualmente as instituições tem ganhado bastante atenção no debate político e econômico brasileiro.

Instituições podem ser definidas como regras, procedimentos, normas, símbolos e roteiros destinados a prescrever sequências padronizadas de interações por meio da imposição de constrangimentos ou incentivos à ação dos atores na busca de seus interesses e objetivos

Podes inferir que os conflitos em torno das políticas públicas estão estruturados em dois pilares: *As instituições e o interesses publico.*

As políticas públicas são formuladas por meio de instituições formais e informais. E dependendo da sua origem, as politicas publicas podem ser consideradas instituições, alterando significativamente o cálculo de interesse dos atores na arena política.

As instituições podem ajudar a explicar as escolhas dos decision-makers, o que exige uma compreensão múltipla dos atores, seus interesses, preferências e alianças.

Para que a adoção das Políticas Públicas seja viável todos os aspectos: econômicos, políticos e administrativos estejam de acordo com o Estado. No aspecto econômico, devem importar para a resolução dos problemas mais relevantes. No aspecto administrativo devem ser firmadas pela capacidade estatal disponível. E no aspecto político, não podem ameaçar os interesses de atores e de grupos-chave.



Saiba Mais

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E DAS IDEIAS NAS ESCOLHAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Enrique Carlos Natalino¹

http://submissoes.al.rs.gov.br/index.php/estudos_legislativos/article/view/204

3.3 ESTILOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os estilos de políticas públicas constituem-se de “procedimentos operacionais padrão de elaborar e implementar políticas.”

Os Estilos de políticas públicas podem variar de acordo com a abordagem na resolução de problema (proativo a reativo) e pela relação dos atores (consensual a impositivo).

Figura I – Estilos de Políticas Públicas



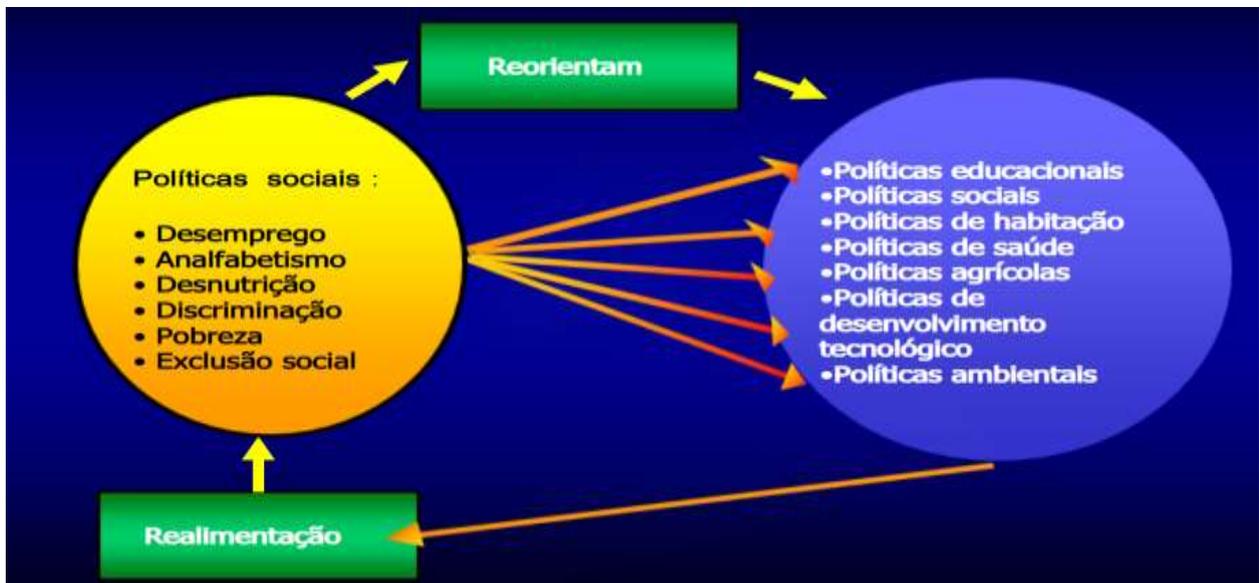
Podemos identificar quatro estilos de políticas públicas a partir de duas variáveis (Secchi, 2010). A primeira é a forma de resolução de problemas, que vai do extremo proativo ou mais racional – que busca mudanças significativas na realidade por meio de políticas públicas - ao reativo ou mais político, que acredita na força do incrementalismo de soluções, desde que respeitados os entraves políticos. A segunda é centrada na maneira como se relacionam os atores governamentais e sociais.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

São políticas que mais se aproximam da vida cotidiana e organizadas por setores

(como por saúde, educação, saneamento básico, transporte, segurança etc.).

“São ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.” (HOFLING, 2001).



3.4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SETORIAS DE EDUCAÇÃO

São emanadas pelos Estados e municípios, como qualquer outra política pública. É Implicar em escolhas e decisões, que envolvem indivíduos grupos e instituições. É um processo que só existe quando a educação assume uma forma organizada, seqüencial, ditada e definida de acordo com as finalidades e os interesses .

3.4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SETORIAS DE SAÚDE

São conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados, visando assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

Um exemplo desse tipo políticas públicas de setorias de saúde é o SUS que amplia os direitos sociais e busca assegurar a cidadania

3.4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SETORIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A questão da segurança pública passou a ser considerada problema fundamental e principal desafio ao estado de direito no Brasil na constituição de 1988.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade

das pessoas e do patrimônio.

Passando estar presente em vários debates de especialistas e também o público em geral. Para ser pública de fato, a segurança pública precisa ser de todas as pessoas e feita por todas as pessoas. É a garantia dos direitos de todos numa sociedade.

Políticas Públicas de Segurança Pública não depende somente de um conjunto de práticas e de iniciativas múltiplas, em diferentes áreas de atuação.

3.4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SETORES DE MEIO AMBIENTE

É o programa de ação para a preservação do meio ambiente, através dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Com o objetivo de manter o meio ambiente saudável para atender as necessidades humanas atuais, sem comprometer o atendimento das necessidades das futuras gerações.

As Políticas Públicas de Meio Ambiente vão atuar sobre as modificações causadas no meio ambiente pelo uso/descarte de bens/detrimentos gerados pelas atividades humanas → plano de ação viável técnica e economicamente, com prioridades bem definidas. Incorporando o Desenvolvimento Sustentável (DS) como referência de suas ações, planos, programas, projetos e regulamentações.

3.4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SETORES DE HABITAÇÃO

São instrumentos com o objetivo de garantir à população o acesso à moradia digna, buscando uma forma de solucionar o déficit habitacional no país, principalmente entre as classes menos favorecidas.

Moradia digna inclui instalações sanitárias adequadas, é atendida por serviços públicos essenciais, incluindo água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo, e tem acesso a equipamentos sociais básicos

4.1 O PAPEL DOS TRÊS PODERES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

É essencial a compreensão do funcionamento do Estado para que a sociedade possa identificar quais órgãos e instituições são responsáveis por determinados aspectos da formulação e implementação das políticas públicas, e consequentemente possam avaliar o trabalho desempenhado pelos servidores públicos envolvidos no processo e, finalmente, exercer o controle social sobre o Estado.

O Estado democrático de direito brasileiro possui a seguinte estrutura/divisão de poderes:

- Poder executivo responsável pela administração do aparelho estatal, pela execução das leis e pela representação do estado internacionalmente. É

composto pelo Presidente (Federal) e seus ministros, pelos governadores (Estaduais) e prefeitos (Municipais) e seus secretários.

- Poder Judiciário responsável pela aplicação da lei e guardadora da Constituição Federal. É composto por juizes e desembargadores.
- Poder Legislativo responsável pela elaboração e fiscalização das leis, além de exercer controle financeiro-orçamentário (vigiando as contas públicas do executivo). É composto pelos deputados (federais e estaduais). Senadores, e vereadores (municipais)

O planejamento, a criação e a execução dessas políticas é feito em um trabalho em conjunto dos três Poderes que formam o Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário. O Poder Legislativo ou o Executivo podem propor políticas públicas. O Legislativo cria as leis referentes a uma determinada política pública e o Executivo é o responsável pelo planejamento de ação e pela aplicação da medida. Já o Judiciário faz o controle da lei criada e confirma se ela é adequada para cumprir o objetivo.

4.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE PPA (A VELHA E A NOVA ESTRUTURA)

O Plano Plurianual (P.P.A), A Lei de Diretrizes Orçamentárias (L.D.O) e A Lei Orçamentária Anual (L.O.A) à são instrumentos criados pela Constituição de 1988, que auxiliam no planejamento e como forma de organizar e orientar a aplicação eficiente de políticas públicas com o intuito de atender as demandas da população.

O planejamento público começa com a elaboração do PPA que a partir dele começa a integração com outros instrumentos da gestão (LDO e LOA), sendo o PPA uma proposta estratégica para 4 (quatro) anos.

O Plano Plurianual (PPA) passa a se constituir na síntese dos esforços de planejamento de toda a administração pública, orientando a elaboração dos demais planos e programas de governo, assim como do próprio orçamento anual (2005, p. 200)

O PPA é um plano das ações pretendidas pelo governo a médio e longo prazo. As metas devem ser estabelecidas especificamente, com prazos, datas e valores. Também deve fazer parte do plano plurianual a descrição dos resultados que são esperados pelo governo. Ele tem a função de funcionar como uma medida de organização para o governo, além de é garantir a transparência dos gastos públicos e dos investimentos feitos pelo governo.

Devem ser definidos no plano plurianual os seguintes itens:

- programas pretendidos pelo governo,
- objetivos a serem alcançados,

- ações que serão postas em prática,
- metas e resultados planejados pelo governo.

4.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para que as políticas públicas sejam formuladas e implementadas a fim de beneficiarem a sociedade é preciso que haja participação ativa por parte dos cidadãos e cidadãs. O Estado deve dispor dos mais diversos mecanismos de participação social para que a população esteja cada vez mais próxima das etapas que compõem o ciclo de políticas públicas – ou seja, exercendo o controle social. Nesse sentido, os conselhos participativos, plebiscitos e tantos outros mecanismos têm sido fundamentais nas últimas décadas, promovendo um salto qualitativo na relação Estado e sociedade e, conseqüentemente, na efetivação das políticas públicas federais, estaduais e municipais. A Lei de Acesso à Informação e o Orçamento Participativo são dois grandes exemplos de instrumentos fundamentais para a participação social

4.4 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A (LDO) possui a finalidade de estabelecer parâmetros dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), com vistas a garantir a realização das metas e objetivos estabelecidos no PPA. Assim sendo é função da LDO ajustar as ações dentro de possibilidades de execução, dentro daquilo que está estatuído no PPA, que entrará em vigor no orçamento seguinte, conforme previsto no § 2º do art. 165 da CF:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (BRASIL, 1988, art. 165)

Podemos observar que a prioridade é compreendida pelo grau de precedência de uma ação sobre outra, sempre levando em consideração a gravidade ou importância de determinados problemas com vistas a realização de objetivos no campo social e econômico.

A LDO tem como principal função definir quais são as prioridades governamentais para próximo ano de governo, com base nas metas que foram estabelecidas pelo governo no plano plurianual.

Na lei de diretrizes orçamentárias devem ser estabelecidas as regras relativas aos valores que o o governo pretende economizar para investir, os limites de despesas definidos para cada um dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário)

e do Ministério Público, valores para despesas e pagamentos de pessoal e alterações tributárias, entre outros.

A LDO deve servir para garantir que as metas que forma previstas no PPA possam ser cumpridas e é utilizada como base para a elaboração da lei orçamentária anual. Assim, a LDO funciona como uma ligação entre a previsão de metas do plano plurianual e a aplicação do orçamento definida pela lei orçamentária anual.

Outro instrumento importante para auxiliar no cumprimento dos objetivos e princípios das políticas públicas é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Que busca, na verdade, é reforçar o papel da atividade de planejamento e, mais especificamente, a vinculação entre as atividades de planejamento e de execução do gasto público

Lei complementar disporá sobre:

I - finanças públicas;

II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público; III - concessão de garantias pelas entidades públicas;

IV - emissão e resgate de títulos da dívida pública;

V - fiscalização das instituições financeiras;

VI - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional. (BRASIL, 1988, art. 163)

Pois, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a participação da sociedade passa a ser fundamental para que os gestores públicos divulgue os fatos relativos a arrecadação e receita, cumprindo, assim, o “espírito” da Constituição Federal.

4.4 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

No caso da LOA é necessário, obrigatoriamente, conter uma base da previsão das receitas orçamentárias que devem ser recebidas pelo governo, principalmente por meio dos tributos pagos pelos contribuintes. Ela é definida através da aprovação de uma lei especial.

Cabe aos gestores públicos obedecer rigorosamente à previsão de gastos que consta na LOA. Para que o planejamento e a avaliação do rendimento dos recursos públicos e das prioridades de aplicação do orçamento seja possível de se concretizar.

Na LOA são incluídos os seguintes orçamentos:

- **Seguridade Social:** este orçamento é ligado à garantia de todos os gastos relativos ao funcionamento da Seguridade Social, o pagamento de contribuições e as políticas públicas de saúde, assistência social e previdência.
- **Fiscal:** o orçamento fiscal se refere aos órgãos do governo que recebem recursos públicos, como, por exemplo, as empresas públicas, além dos Três Poderes.
- **Investimentos de empresas estatais:** este orçamento compreende os custos de manutenção das empresas estatais que são ligadas ao Poder Executivo.

Uma curiosidade a respeito da LOA é que ela é dividida por temas sendo delimitado os devidos para cada investimentos. É importante que a previsão destes gastos não seja superior à previsão de receitas definida na lei.

4.5 INTRODUÇÃO À GESTÃO DE CONTRATOS

A gestão de contratos pode conduzir à redução de custos com a contratação e com a execução do contrato com a contratada e, também, à melhoria da qualidade do serviço que lhe é prestado, por meio do controle eficiente da vigência do contrato, pelo cumprimento do prazo de tramitação dos processos administrativos e quando a documentação dos mesmos, seja para iniciar a licitação ou aplicar alteração contratual, estiver regular.

4.6 ESTADO FRENTE ÀS DEMANDAS DOS CIDADÃOS POR NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme classificação apresentada por Rua (1998), três formatos de demandas podem ser identificadas: (i) as demandas novas, (ii) as demandas recorrentes e (iii) as demandas reprimidas.

Para Rua (1998) As demandas novas são aquelas que não existiam ou que não eram capazes de forçar o sistema político a se manifestar, são oriundas de novos problemas políticos ou novos atores. Já as demandas recorrentes trazem problemas não resolvidos ou mal resolvidos e que já passaram pelo sistema político, porém de maneira ineficaz. Finalmente, as demandas reprimidas envolvem aquelas problemáticas não autorizadas na agenda governamental, ou que não foram reconhecidas como pontos críticos pela população, nem pelos agentes políticos. (

4.7 POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO ATUAL

Muitos acreditam que o modelo de desenvolvimento político atual é uma ameaça as políticas públicas, pois é hegemônico e que aponta os interesse para apenas uma parcela da população, a que tem o poder econômico e político.

Pois, segundo alguns estudiosos, a realidade histórica e institucional desfavorece as políticas públicas pois ocorre uma certa dificuldade em colocar em prática os pilares da Constituição de 1988, referência na inserção de políticas públicas democráticas, universais e de inclusão.

Antes das últimas eleições o Brasil tinha tido uma boa visibilidade Políticas Públicas. Porém a realidade atual pode ser uma ameaça a formulação de Políticas públicas

“Nos últimos 10 anos, houve um avanço no sentido de concretização das políticas públicas sociais no Brasil, com a implementação de programas de combate à fome e à pobreza. O Bolsa Família foi referência para países de todo o mundo, os investimentos em políticas de emprego e renda avançaram, e a assistência social se profissionalizou a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Por fim, os recursos do pré-sal estavam sendo destinados para educação, que é um dos maiores pilares de uma nação que se quer desenvolvida. Mas, o governo federal dos dois últimos anos recuou na forma de encarar as políticas, cortando investimentos e recursos essenciais”.

O cientista político Benedito Tadeu César afirma que nosso governo atual pode comprometer nossa políticas públicas. Segundo ele “As políticas do governo federal podem ser consideradas desastrosas, com um aumento nos gastos públicos e eliminação das políticas sociais. Está sendo produzido um caos social, econômico e político no país”,

Para Benedito Tadeu César, a crise política e econômica atual é resultado do avanço de um pensamento e das práticas neoliberais e pelo desmonte do Estado de bem-estar social.

“O atual estágio de desenvolvimento da economia capitalista mundial globalizada não vê de maneira positiva a democracia, pois ela permite que os setores menos privilegiados da população tenham algum nível de voz ativa e de interferência na definição das políticas quando elege representantes que minimamente pensem nos interesses desses segmentos populares. Uma vez que esses dirigentes são eleitos, intensifica-se o controle e regulação da economia e principalmente das políticas sociais de bem estar social, como saúde, educação, transporte, retirando recursos do setor bancário e do setor financeiro”.

4.8 GOVERNANÇA E DESCENTRALIZAÇÃO

As políticas públicas são interdisciplinar, por isto são inseridas em vários contextos institucionais: nível de democracia; grau de participação popular; transparência, regime jurídico; governança; descentralização entre outros.

Por governança entende como as alterações nos modos de relação entre o Estado e a população, buscando intermediar os diferentes interesses, recursos e visões dos atores políticos. Essa “nova modalidade de governo”, surgiu na década de 90, devido a importância no processo de formulação de políticas sociais, pois vai servir como elo de ligação entre a sociedade civil e o Estado.

Ja a **descentralização** das políticas públicas.

Pode ser definida como a “transferência de poder do governo central para governos autônomos ou governos subnacionais eleitos

Essa transparência exige cooperação e coordenação entre o governo, os estados e os municípios para não se criar ou aprofundar desigualdades regionais no que diz respeito a financiamento, acesso e qualidade das diferentes políticas públicas que são descentralizadas.

Existe políticas públicas que tende para a centralização no governo nacional como Forças Armadas e as relações diplomatas. Enquanto existem políticas públicas que tendem para a descentralização como é o caso de: Saneamento (asfalto, calçamento e limpeza de ruas) de todos os municípios brasileiros.

Um quadro de orientações que pode ajudar nesse processo de análise da qualidade da governança multinível de políticas públicas descentralizadas são as 10 diretrizes da OCDE para fazer a descentralização funcionar, elencadas a seguir:

- 1) Tornas claras as responsabilidades atribuídas para os diferentes níveis de governo;
- 2) Garantir que todas as responsabilidades atribuídas estão financiadas suficientemente;
- 3) Fortalecer a autonomia fiscal subnacional para promover a “accountability”;
- 4) Dar apoio à construção das capacidades subnacionais;
- 5) Construir mecanismos de coordenação adequados ao longo dos níveis de governo;
- 6) Dar apoio à cooperação trans-jurisdicional;
- 7) Fortalecer a governança inovadora e experimental e promover o engajamento dos cidadãos;
- 8) Permitir e retirar o melhor proveito dos arranjos assimétricos de descentralização;
- 9) Promover a transparência consistentemente, aprimorar a coleta de dados e fortalecer o acompanhamento do desempenho;
- 10) Fortalecer os sistemas de equalização fiscal e as políticas nacionais de desenvolvimento regional para reduzir as desigualdades territoriais.

4.9 GESTÃO LOCAL

Desde a constituição de 88, no Brasil, o papel dos Estados e municípios como parceiros do Governo Federal na implementação de Políticas Públicas tem se fortalecidos. Apesar disso, existe um processo bastante dinâmica da agenda de

Políticas Públicas que impõe novos modelos legais e instrumentos de planejamento que exigem constantes atualizações de forma a buscar as melhoria do processo de politica sociais locais e nacional.

Esse modelo de gestão pública tem como objetivo realinhar as iniciativas e objetivos dos projetos às reais necessidades da sociedade, bem como a prestação de maior atenção a setores sociais que exigem mais atenção como: como os idosos, os portadores de necessidades especiais, as mulheres e os moradores de rua.

É uma forma a redefinir o espaço da sociedade civil diante do Estado, com o intuito de fomentar não só a inserção de novos atores sociais na avaliação das políticas implementadas, como também, antes disso, o alargamento dos espaços decisórios

4.10 TRANSPARÊNCIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.

A Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009) tem como objetivo divulgar, em tempo real, a execução do orçamento dos municípios, dos estados e da União. Já a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a LAI, regulamenta o acesso à informação pública e cria mecanismos para que ele aconteça, de fato, obrigando os órgãos e entidades ligadas à administração pública que divulguem informações de interesse geral e coletivo, de forma simples e compreensível.

A lei opera em dois eixos de transparência: ativo determina que o poder público disponibilize diversos conteúdos de maneira autônoma, sem que precise ser requisitado; e o passivo permite que qualquer pessoa que tenha interesse solicite documentos ou informações aos órgãos públicos, sem necessidade de justificativa.

O principal objetivo do Portal da Transparência é ser uma ferramenta que permita ao cidadão conhecer, questionar e atuar, também, como fiscal da aplicação de recursos públicos ou seja no Controle Social.

O controle social das ações dos governantes e funcionários públicos é importante para assegurar que os recursos públicos sejam bem empregados em benefício da coletividade. É a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados.

Já a LAI foi um marco importante, pois visaa garantia de transparência nos processos administrativos, principalmente orçamentário.

Ambas as leis (LAI e da Transparência) criam obrigações para todos os poderes (executivo, legislativo e judiciário) em todos os níveis (municipal, estadual ou federal), trazendo diversos avanços para a concretização do direito de acesso à informação, garantido no inciso XXXIII da Constituição Federal e no artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entretanto, ainda são diversos os desafios para sua plena implementação, pois em muitos casos, por burocracia, acaba sendo inviável a obtenção de informações básicas.



4.1.1 GOVERNO ELETRÔNICO

O “governo eletrônico” tem como objetivo fornecer informações, serviços e produtos através de meio eletrônico, a partir de órgãos públicos, a qualquer momento, local e a qualquer cidadão

O Governo Eletrônico, permitir ao agente público rapidez e eficiência na administração, seja referente a contratos, licitações, patrimônio, recursos humanos etc, e, conseqüentemente, permitir ao cidadão obter estas informações com total acessibilidade e de forma clara.

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO DE CONTEÚDO

1 (IBADE/2018) Desde 1990 existe uma sistematização de dados sobre os aspectos sociais e econômicos do Brasil que busca, entre outras coisas, conhecer a situação do desenvolvimento humano e promover políticas públicas. Em 2018 foram divulgados dados sobre alguns dos indicadores de desenvolvimento humano, registrados em pesquisa de 2016, que mostram a atual condição no Brasil. A condição pela qual o Brasil se encontra é:

- a) aumento das taxas de mortalidade infantil.
- b) erradicação da pobreza e da miséria.
- c) fim dos desmatamentos ilegais nas áreas florestais.
- d) elevação da expectativa de vida para 86 anos.
- e) universalização da alfabetização..

2 Pode ser entendido como o exercício de escolha consciente de ações que aumentem as chances de obter um resultado específico. É uma atividade dinâmica que se opõe ao imprevisto total, buscando orientar as decisões a partir das informações disponíveis, essa é uma definição de:

- a) Práticas Inovadoras no Setor Público.
- b) Orçamento Público.
- c) Planejamento Governamental.
- d) leis orgânicas municipais são políticas públicas.
- e) Balanço das Políticas Públicas.

3 Determinado município decidiu mudar radicalmente sua política de IPTU. Por essa nova política, a partir do ano de 2019, todos os imóveis avaliados em até 200 mil reais terão isenção de IPTU, e aqueles com valores superiores a 1 milhão de reais serão tributados em dobro, garantindo a manutenção do valor arrecadado e o financiamento das políticas urbanas. O caso apresentado, segundo a tipologia de políticas públicas de Theodore Lowi, é um exemplo de política

- a) constitutiva.
- b) regulatória..
- c) redistributiva.
- d) distributiva.
- e) intervencionista.

4 (CESPE/2012) Sobre o conceito e as características das políticas públicas, assinale a afirmativa CORRETA.

- a) A política pública é uma área do conhecimento que surgiu na Inglaterra combinando os campos da administração pública e do direito.
- b) Segundo Theodor Lowi, as políticas públicas podem ser: distributivas, regulatórias e transversais.
- c) A perspectiva incrementalista defende que é preciso romper o status quo para avançar na elaboração de políticas públicas.
- d) As instituições são regras formais e informais que moldam o comportamento dos atores e influenciam os resultados das políticas públicas.

5 (FGV/2018) Conforme a tipologia de políticas públicas, apresentada no modelo de Lowi, assinale a opção que indica um exemplo de Política pública redistributiva..

- a) Política de emergência para vítimas de enchente.
- b) Campanha de vacinação contra febre amarela.
- c) Programa de reforma agrária.
- d) Elaboração do código do consumidor.
- e) Distribuição de cestas básicas

6 (FMP/2015) No Brasil, há alguns anos, políticas públicas estabeleceram cotas, não apenas, mas também, raciais para o ingresso em universidades públicas. Muitos argumentos a favor e contra são apresentados em debates a respeito da legalidade e da justiça de tal política de cotas. Independentemente de a política de cotas para o ingresso em universidades públicas brasileiras ser louvável ou não, o que está por trás dessa discussão é o reconhecimento, ou não, da necessidade de se implementarem ações afirmativas com vista a proteger grupos considerados vulneráveis. É correto afirmar a respeito das ações afirmativas:

- a) Compensação por erros do passado e promoção da diversidade são argumentos favoráveis a políticas públicas que se constituem em ações afirmativas
- b) Um utilitarista clássico avaliaria ações afirmativas perguntando se elas contribuiriam para o incremento de benefícios individuais e sociais, em comparação com eventuais prejuízos que podem decorrer da implantação de tais políticas
- c) Seguindo o pensamento teleológico de Aristóteles, poder-se-ia perguntar a respeito da função das instituições que seriam utilizadas para a promoção de ações afirmativas, com vista a determinar se tais políticas deveriam ser implantadas ou não.
- d) As ações afirmativas são uma forma de discriminação que se justifica do ponto de vista moral, porque visam a elevar o status moral de grupos vulneráveis.
- e) Todas as afirmações anteriores estão corretas.

7 (ESAF/2012) Sobre redes de políticas públicas, não é correto afirmar que

- a) surgem no âmbito da reforma gerencial do Estado, quando se buscou implementar inovações na administração pública que promovessem a eficácia e a eficiência das ações governamentais.
- b) são sujeitas aos efeitos causados pela assimetria informacional entre seus membros.
- c) demandam uma estrutura de coordenação e prestação de contas que leve em consideração as interdependências existentes.
- d) possuem estruturas polimórficas, que podem ser representadas por um conjunto de nós e vínculos que indicam, entre outros aspectos, a possível presença de capital social nas transações.

(ESAF/2012) Entre as intervenções no âmbito das políticas públicas que são adotadas pelos governos para compensar as falhas de mercado, podemos citar as seguintes:

- 1) Ações voltadas para compensar o nível limitado de competição em decorrência dos efeitos causados por economias de escala;
- 2) Mecanismos voltados para incentivar a revelação sincera das preferências em relação à provisão de bens públicos.
- 3) Incentivos para que os indivíduos invistam menos em bens cujos custos são privados e os benefícios são públicos.
- 3) Estímulos à seleção adversa em contextos de competição perfeita.

É correto o que se afirma em

- a) 1, 2, 3, 4.
- b) 1, 4.
- c) 1, 2
- d) 2, 3
- a) 3, 4.

8 (ESAF/2012) Em relação aos principais postulados que orientam o debate sobre falhas de governo, é correto afirmar que

- a) associam a tendência de crescimento da participação do setor público no PIB das democracias contemporâneas à tendência de centralização das competências na esfera federal em detrimento de uma maior autonomia dos governos locais.
- b) a relação entre custos e benefícios nos projetos governamentais é avaliada pelos políticos com base em taxas de desconto menores do que aquelas que seriam socialmente ótimas.
- c) quando os bens são produzidos com base no menor custo marginal, então existem incentivos suficientes para que a quantidade produzida seja aquela indicada pela interseção entre a curva de custo marginal e a curva de demanda do eleitor mediano.
- d) as políticas voltadas para minimizar as desigualdades na distribuição de renda e de riqueza são condicionadas pelas assimetrias na distribuição de poder e prestígio.
- e) a função de utilidade daqueles que decidem sobre políticas públicas é guiada pelo atendimento às demandas do eleitor mediano em detrimento da busca de poder, prestígio e salário.

9 (ESAF/2012) Com relação à temática Estado brasileiro e Proteção Social, julgue as proposições a seguir e assinale a opção incorreta.

- a) A atuação social do Estado teve origem no aparecimento das classes operárias urbanas e no esforço de dar resposta aos conflitos que marcaram as relações entre capital e trabalho num contexto de crescente industrialização
- b) A questão social foi o termo usado para designar, no Brasil, durante as quatro primeiras décadas do século XX, os problemas colocados, no cenário social e político, pela classe trabalhadora
- c) A consolidação da ação social do Estado, realizada na década de 1930, caracterizou-se pela constituição de caixas de seguro social, organizadas por setor econômico, financiadas e geridas por empregados, empregadores e pelo Estado, as quais visavam proteger os trabalhadores e seus familiares de certos riscos coletivos.
- d) A história da intervenção social em prol dos "pobres" teve início em ações e instituições estatais.
- e) A década de 1930 assiste à criação da Legião Brasileira da Assistência (LBA) e do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS).

9 (ESAF/2012) Em relação ao Sistema de Políticas Sociais no Brasil é incorreto afirmar:

- a) A fraca incapacidade de incorporação social deixou a margem os trabalhadores rurais e pobres trabalhadores urbanos.
- b) Os programas, mesmo os mais abrangentes, pouco contribuíram para a redução das acentuadas desigualdades sociais.
- c) A presença, no núcleo do sistema, de transferência monetária e de prestação de serviços básicos, combinação típica dos modernos sistemas de proteção social nas sociedades urbano-industriais.
- d) Os anos 1980 significaram, para um conjunto de políticas sociais como as da Saúde e da Assistência Social, um período de ampla reformulação com impactos importantes na própria organização do Sistema Brasileiro de Proteção Social.
- e) As políticas sociais estatais eram pautadas pela focalização do atendimento às populações mais vulneráveis.

10 (2013) Sobre as políticas públicas, é correto afirmar que:

- a) guarde uma relação profunda com o mandato eletivo, pode ser concedido por vários mandatos, um fim de garantir a transparência nas ações dos agentes públicos em cargas comissionadas.
- b) podem ser entendidos como conjunto de planos e programas de ação governamental estrategicamente tomados, voltados para influenciar a vida de um conjunto de cidadãos, por meio dos quais são traçados como metas, principalmente para os direitos fundamentais.
- c) são instrumentos de democratização e orientação da política orçamentária governamental; através da participação direta da sociedade civil, contribuição na definição das políticas públicas;
- d) são um conjunto de normas voltadas para a defesa dos direitos da sociedade, aplicáveis assim como os servidores com carga eletiva atendam aos princípios básicos previstos na Constituição Federal

e) designar uma ação do governo eleito na administração e condução de atos públicos públicos, de maneira que as necessidades da sociedade sejam atendidas.

11 (CESPE/2016) No contexto de políticas públicas do Estado brasileiro, o conjunto de práticas que visam demolir barreiras sociais, culturais, econômicas e políticas que impliquem em exclusão ou desigualdade corresponde a:

- a) descentralização.
- b) democracia.
- c) gestão local.
- d) cidadania.
- e) equidade social.

12 Entre os princípios e as diretrizes gerais do governo eletrônico no âmbito do governo Federal incluem-se

- a) Entre os princípios e as diretrizes gerais do governo eletrônico no âmbito do governo Federal incluem-se.
- b) a promoção da cidadania, uma maior transparência dos atos governamentais e a ausência de intercâmbio com outros níveis de governo e outros poderes.
- c) a racionalização no uso de recursos, a gestão do conhecimento e a desconsideração do legado de sistemas existentes.
- d) o estímulo à inclusão digital, a promoção da utilização de software livre e a interoperabilidade.
- e) o compartilhamento de conhecimentos estratégicos e o arcabouço integrado de políticas, sistemas, padrões e normas, bem como a unificação tecnológica de sistemas e software de um único fornecedor.

13 Um cidadão, pretendendo verificar os gastos com prestação de serviços de determinada secretaria de estado, tem o seu pedido de acesso aos processos administrativos que cuidam dessas contratações indeferido. Considerando as disposições constantes da Lei no 12.527/11, é correto afirmar que, nesse caso,:

- a) não há previsão de recurso, devendo o cidadão se socorrer do Poder Judiciário para garantir o seu direito de acesso às informações pretendidas.
- b) o cidadão poderá interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.
- c) o cidadão deverá recorrer à Ouvidoria Geral do Estado, que deliberará sobre o recurso apresentado no prazo de 5 (cinco) dias.
- d) não há previsão de recurso, devendo o cidadão apresentar novo pedido de acesso à informação dirigido ao Secretário de Estado.
- e) o cidadão poderá interpor recurso dirigido à autoridade que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

14 (VUNESP/2019) Nos termos da Lei Federal no 12.527, de 18.11.2011 (Lei de Acesso à Informação), no que concerne ao pedido de acesso a informações dos órgãos públicos, assinale a alternativa correta:

- a) É vedado o acesso a informações do Poder Judiciário
- b) É vedado o acesso a informações das Cortes de Conta.
- c) São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- d) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente poderá conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- e) Somente em situações muito especiais se poderão solicitar informações de autarquias..

15 No que tange ao acesso a informações e da sua respectiva divulgação, segundo a Lei no 12.527/11, Art. 8º, os órgãos e entidades públicas deverão promover a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidas ou custodiadas, tais como estrutura organizacional, registro de operações financeiras, entre outras. Para o cumprimento dessa norma, os órgãos e entidades deverão utilizar os meios de comunicação de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação.

- a) m jornais de grande circulação nas esferas públicas, incluindo distrito federal.
- b) em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).
- c) a disposição completa nos quadros de aviso e balcões dos referidos órgãos e entidades públicas..
- d) nas mídias jornalísticas e televisivas.

16 A Lei de Acesso à Informação (Lei no 12.527/2011) representou importante passo no sentido de ampliar a transparência no setor público, colocando à disposição da população informações detidas por órgãos e entidades públicas. A respeito dessa lei, assinale a alternativa correta..

- a) Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais;
- b) Aplicam-se as disposições dessa lei integralmente às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público ou privado, recursos públicos diretamente do orçamento;
- c) A edição de ato decisório justifica apenas a transparência do próprio ato e não a publicidade dos atos preparatórios que tenham sido utilizados como fundamento para a tomada de decisão.;
- d) É dever do cidadão garantir o direito de acesso do Estado às informações necessárias à segurança nacional, que será franqueado, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão

17 (FIOCRUZ, 2014) Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, avalie se podemos extrair e sintetizar seus elementos principais nas afirmativas a seguir:

I – A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

II – A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

III – A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

IV – A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

V – A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- b) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- e) se nenhuma das afirmativas estiver correta.

18 (FGV, 2015) O processo de planejamento e formulação de políticas públicas pode ser melhor compreendido pelo modelo do ciclo de políticas públicas e suas diferentes etapas. No ciclo de políticas públicas, a melhor explicação para sua primeira etapa é aquela na qual:

- a) o problema emerge, é representado, definido e tenta-se identificar suas possíveis causas;

19 (CESPE) Julgue os itens abaixo:

- () A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões.
- () Quanto aos seus impactos sobre as relações sociais, como as políticas públicas podem ser classificadas como distribuidoras, redistributivas ou regulatórias.
- () A abordagem do planejamento das políticas públicas sob uma perspectiva neoliberal considera o respeito ao homem como indivíduo que possui gostos e opiniões supremos da esfera do individualismo.
- () termo público, associado à política, não se refere exclusivamente à ação do Estado, mas, sim, à coisa pública, ou seja, àquilo que é de todos.
- () Avaliações ex-ante, como o nome diz, são as que antecedem a implementação de uma política. Frequentemente fazem parte de diagnósticos que podem ou não dar origem, na sequência, a políticas públicas.

20 (CESPE) Julgue os itens abaixo:

- () Política pública significa ação coletiva cuja função é concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis.
- () Todos os problemas sociais relevantes fazem parte da agenda de políticas públicas.
- () Os direitos declarados e garantidos nas leis são operacionalizados por políticas públicas, mediante programas, projetos e serviços.
- () As instituições e órgãos do governo são os grandes responsáveis pela elaboração de políticas públicas, pois é nelas que acontece o processo decisório, e são elas os principais agentes responsáveis pela implementação e, geralmente, pela avaliação dos resultados.
- () Avaliações ex-post são fundamentais para a introdução da correção de rumos no decorrer do processo de implementação de políticas públicas. Elas ajudam a fazer a coisa certa e são feitas, por assim dizer, em tempo real.



REFERÊNCIAS

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz G.; SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 42, n. 1-2, p. 227-240, abr./out. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267950523_Formulacao_de_politicas_publicas_questoes_metodologicas_relevantes. Acesso em: 31 mar. 2020.

LOPEZ, Felix; BORGES, Jaqueline; SILVA, Noelle. **Quem decide?** Formação da agenda e formulação de políticas no executivo federal. Brasília: IPEA, 2018. (Texto para discussão, 2400). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_p2400.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

PALUDO, Augustinho. Noções de Políticas Públicas. In: _____. **Administração Pública: Teoria e mais de 700 questões**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013. p. 307-326.

PEDONE, Luiz. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**. Brasília: FUNCEP, 1986.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. In: RUA, M. G.; CARVALHO, M. I. V. (org.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. Coleção Relações Internacionais e Política

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SILVA, José Irivaldo Alves Oliveira: **Formulação de políticas públicas**. –Florianópolis: UFSC, 2014.